

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Samuel Antonio de Sousa
E-mail: samuelantoniodesousa@gmail.com
Instituição: Universidade Rovuma, Moçambique

Submetido: 01/08/2020

Aprovado: 29/10/2020

Publicado: 03/05/2021

doi: 10.20396/rho.v21i00.8660740

e-Location: e021004

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

SOUSA, S. A. de; PINTO, V. F. Construção ideológica educacional no período colonial em



Moçambique. **Revista**

HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-14, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660740.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660740>. Acesso em: 3 maio 2021.

A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA EDUCACIONAL NO PERÍODO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

  **Samuel Antonio de Sousa***
 Universidade Rovuma

  **Valmir Flores Pinto****
 Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Esta temática é parte da pesquisa do mestrado acadêmico em andamento e está dividida em quatro subseções: Educação colonial em Moçambique: A instrução e a religião rumo à civilização; O Trabalho como instrumento ideológico educativo; Estado Novo e os reflexos na educação em Moçambique: civilizar o indígena; A política Educacional a partir da Concordata em Moçambique; O Papel da filosofia nas Colônias Portuguesas. A metodologia utilizada baseada na pesquisa qualitativa a partir da leitura e fontes histórico-bibliográficas, tendo como objetivo principal identificar a construção ideológica na educação em terras moçambicanas a partir do final da primeira Guerra Mundial até o Estado Novo Português. No primeiro item baseado em documentos oficiais e bibliográficas sobre a educação colonial portuguesa nas províncias ultramarinas. No segundo item, o ensino institucionalizado e a ideologia da educação pelo trabalho, mesmo que de forma precária e dominante. A terceira fase convida nos a refletir sobre o papel da filosofia que auxiliou na política educacional do Estado Novo de Salazar de formar pelo trabalho agrícola ao homem nativo nas várias profissões do saber fazer e na vida prática, por meio da educação profissional. Por fim, a educação negociada na Concordata nos dois governos (Colonial e Santa Sé) assinada no Ato Colonial, que se configurará com um desastre histórico, social, político e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ideologia. Moçambique. Período colonial.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



THE EDUCATIONAL IDEOLOGICAL CONSTRUCTION IN THE COLONIAL PERIOD IN MOZAMBIQUE

Abstract

This theme is part of the ongoing academic master's research and is divided into four subsections: Colonial education in Mozambique: education and religion towards civilization; Work as an educational ideological tool; Estado Novo and its effects on education in Mozambique: civilizing the indigenous; Educational policy based on the Concordat in Mozambique; The role of philosophy in the Portuguese colonies. The used methodology was based on qualitative research from reading and historical-bibliographic sources, with the main objective of identifying the ideological construction in education in Mozambican lands from the end of the first World War until the New Portuguese State. The first item is based on official documents and bibliographies on Portuguese colonial education in the overseas provinces. The second item deals with institutionalized teaching and the ideology of education through work, even if in a precarious and dominant way. The third phase, it invites us to reflect on the role of philosophy that helped in the educational policy of the Estado Novo de Salazar to train agricultural work for native men in the various professions of knowing how to do and in practical life, through professional education. Finally, the education negotiated in the Concordat in the two governments (Colonial and Holy See) signed in the Colonial Act, which will be configured with a historical, social, political and cultural disaster

Keywords: Education. Ideology. Mozambique. Colonial period.

LA CONSTRUCCIÓN IDEOLÓGICA EDUCATIVA EN EL PERÍODO COLONIAL EN MOZAMBIQUE

Resumen

Este tema es parte de la investigación en curso de maestría académica y se divide en cuatro subsecciones: educación colonial en Mozambique: enseñanza y religión dirigida hacia la civilización; El trabajo como herramienta ideológica educativa; Estado Novo y sus efectos sobre la educación en Mozambique: civilizar a los indígenas; Política educativa basada en el Concordato de Mozambique; el papel de la filosofía en las colonias portuguesas; La metodología utilizada se basa en investigaciones cualitativas de lectura y fuentes histórico-bibliográficas, con el objetivo principal de identificar la construcción ideológica en la educación en tierras mozambiqueñas desde el final de la Primera Guerra Mundial hasta el Nuevo Estado portugués. En el primer ítem basado en documentos oficiales y bibliografías sobre la educación colonial portuguesa en las provincias de ultramar. En el segundo ítem, la enseñanza institucionalizada y la ideología de la educación a través del trabajo, aunque sea de forma precaria y dominante. La tercera fase nos invita a reflexionar sobre el papel de la filosofía que ayudó en la política educativa del Estado Novo de Salazar a formar el trabajo agrícola de los nativos en las diversas profesiones del saber hacer y en la vida práctica, a través de la formación profesional. Finalmente, la educación negociada en la Concordata en los dos gobiernos (Colonial y Santa Sede) firmada en el Acta Colonial, que se configurará con un desastre histórico, social, político y cultural.

Palabras clave: Educación. Ideología. Mozambique. Período colonial.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre “**A Construção ideológica educacional no período colonial em Moçambique**” é partir de um recorte proposital na história, tendo como referência a questão educacional numa perspectiva filosófica e política. Este recorte é apenas pedagógico, para efeito de estudo, pois, entendemos que não se pode compreender um povo como se fosse uma “colcha de retalhos”, ainda mais o povo moçambicano, formado por muitas culturas e dialetos regionais que compõe sua diversidade. Esta ideia do recorte histórico acentua importância que a filosofia desempenhou nas políticas desenvolvidas pelos exploradores coloniais, que apontamos, a partir do início do século XX, sobre as estratégias e princípios traçados pelo Estado Novo português. Para desenvolvermos este trabalho de forma mais detalhada usou-se a pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto. Dessa forma, foi possível perceber as obrigatoriedades vigentes nas colônias sobre o trabalho, a educação e civilização num contexto da Igreja paroquiana e do mundo colonizado, que se constituiu num olhar crítico sobre o processo da colonização desenhado no regime salazarista. Este regime, o salazarismo, como comumente ficou conhecido, é o período ditatorial que teve início em 1933, em Portugal com o chefe de governo Antonio de Oliveira Salazar, e finalizado em 1974, quando ocorreu a Revolução dos Cravos que derrubou a ditadura e instaurou a democracia em Portugal.

O papel comprometedor da educação de formar nas colônias várias profissões voltadas ao trabalho prático e a formação aos serviços de bom servidor, resultava na prestação de serviços aos missionários católicos, por um lado, e se notabilizou na presença de políticas adaptadas e caracterizadas nos preconceitos racistas e etnocentristas que norteavam nas diversas organizações coloniais do governo de fomentar ideologias bem fortes ao seu favor. Tais atitudes facilitavam a ação destruidora das estruturas tradicionais existentes, sociais e econômicas, prestando relevantes serviços ao Estado Novo. A preocupação do governo nas colônias, sobre a educação aos nativos, não passa estava relacionado com uma formação completa, mas sim oferecer uma civilização aceitável, isto é, apenas no domínio das letras, narrar histórias de origem europeia, particularmente na metrópole, contar e praticar trabalhos com prudência para garantir uma economia eficiente de sustento e de divisas para o colonialismo português.

As políticas coloniais exigidas aos nativos estavam no nível preparatório para vida básica elementar, sem escolaridade aprofundada e uma preocupação em formar para o trabalho agrícola. Esta concepção de trabalho, bem visível de um capitalismo colonial, com um modelo de educação para os meninos e outro para as meninas era reflexo da metrópole e da sociedade hierarquizada e patronal. Ressalta-se o papel da filosofia nas Missões Católicas na educação, praticamente eram essas as responsáveis na formação inicial e dos futuros professores locais. Dessa forma, a ideologia religiosa e do Estado era responsável pela união entre Igreja-Estado na educação do saber fazer e da vida prática nas colônias ultramarinas e, em particular, em Moçambique.

TRABALHO E RELIGIÃO EM MOÇAMBIQUE COLONIAL: INSTRUMENTOS IDEOLÓGICOS DE INSTRUÇÃO

Depois das leituras sobre os desafios acordados no regime salazarista de traçar linhas gerais e emergentes sobre a educação mínima exigida aos nativos, o que se ressalta é a prestação de trabalhos mais práticos de seus servidores que se adequam com a demanda do qual é proposto. Mas, se verifica nas formações responsáveis a prioridade de formar e considerar a educação mais voltada para ao sacerdócio, a prestação de serviços de bom pastor e religioso. Neste sentido, os acordos não seguiram os objetivos pelo qual foi estabelecido pela entidade portuguesa.

Dessa forma, é possível verificar algumas contradições elencadas pela Santa Sé e pelo seu compromisso de instruir ou treinar em vários ofícios do povo nativo em trabalhar a terra e a produzir para garantir a economia colonial, conforme ressalta Cordeiro (1982, p. 58):

Seria necessário reorganizar inteiramente o Colégio das Missões, subordinando estas como outras instituições, a uma organização geral dos diversos serviços inerentes ao Padroado português no ultramar e dotando de condições instrutivas e políticas, sob os interesses não somente religiosos, mas portugueses e científicos.

Na abordagem do autor a formação de sacerdotes e de outros ao serviço missionário levantou situações que não animou ao governo português, ou seja, as políticas que não eram desejadas, mas sim a ideia de capacitar ou formar africanos no sentido de assimilarem o estilo de um bom português. Por fim, levaria uma instrução integral de ciências naturais, noções de ciências médicas, de agricultura, de vários ofícios, bem como das línguas africanas de acordo com o tipo de laço que estabelecia na colônia.

Nos acordos estabelecidos entre o Estado Novo e da Igreja Católica os objetivos eram formar os missionários com conhecimentos mais práticos e utilitários no sentido de implementar nas colônias políticas de instruções primárias submetidas aos nativos africanos. Esta formação visava inculcar de forma ideológica nos missionários a preparação tendo em vista a educação dos nativos a sua maneira para ir ao encontro do formalismo ético do civilizado.

Conforme o estatuto Missionário várias áreas de formação profissional e científica para adquirir conhecimentos práticos de medicina, de cirurgia, de higiene e a arte do desenho, foram desenvolvidos como condição para introduzir a educação nas colônias. Para tal, o governo português agiu pela intervenção nas colônias um serviço público, de caráter escolar e educativo nos respectivos planos de estudos, nos programas, a admissão de estudantes e a permanência no ultramar.

O papel das missões, na perspectiva do colonizador europeu em Moçambique, era de um modelo de educação para inculcar a ideologia de exploração do homem pelo homem, isto é, treinar o nativo africano aceitar com humildade, respeito pelo superior hierárquico e

incutir moralmente de forma pacífica e sem nenhuma exaltação ou contestação. As missões da igreja Católica deveriam desempenhar nas suas áreas coloniais ultramarinas a educação guiada pelo civismo português. (MADEIRA, 2007, p. 160).

Os conteúdos programáticos do currículo podiam fazer parte das atividades de investigação e experimentação com espécies botânicas tropicais, construir uma tipografia, e criar escolas de telegrafia tendo em vista formar missionários capazes de compreender aquilo é a sua missão: formar o homem africano em várias áreas do saber para garantir o funcionamento das colônias.

As disciplinas de Filosofia Racional, Moral e Princípios de Direito Natural, Retórica, Oratória Sagrada, Literatura Clássica (especialmente portuguesa) e outras disciplinas como: História e Geografia (com especialidade nas colônias); Princípios de Física e Química (com aplicação nas artes) e Introdução à História Natural, têm papel para formação mais sólida em várias áreas de conhecimento.

As disciplinas de Filosofia Racional, Retórica e Ética eram instrumentos para intimidar qualquer tipo de ameaças como as heresias, os ateístas e os movimentos reformistas que punham em causa a própria Igreja Católica e o processo da colonização. Por outro lado, destacamos a disciplina da Moral neste curso de formação que visava no seu relacionamento a relação entre o homem e Deus. Por sua vez, também usavam da Moral, com o trato dos nativos para a prestação de trabalhos mais duros em compreensão a Deus.

Em relação à disciplina Dogmática em especial era combater todos os abusos e os movimentos reformistas que punham em causa a Igreja Católica e governo Português. A educação nas colônias concentrava-se mais nas mãos dos missionários que tinham sido confiados na formação do povo africano (principalmente o homem) em várias especialidades de carácter profissional e científico e da vida eclesial (Catequese, casamentos, batismos e formação sacerdotal), etc.

Os cursos preparatórios de formação para pesquisa científica e profissional visavam contribuir na educação colonial dos nativos africanos baseado ao trabalho prático-productivo, a higiene e outros ofícios implantados na escola de artes ofícios. Tais cursos estavam ligados aos conteúdos como: Física e química; História natural; Etnografia e agricultura e Artes e ofícios. Os cursos ofertados tinham como missão capacitar os missionários em três dimensões: acadêmica, religiosa e o trabalho. Dessa forma, considerava-se ter fundado um estabelecimento de ensino cuja organização atendia os ensinamentos da experiência e às conquistas da ciência em matéria de ensino colonial.

Os procedimentos dos cursos preparatórios e complementares introduzidos nas colônias ultramarinas envolviam os filhos, familiares portugueses e os assimilados, gozavam de um estatuto legal na formação e capacitação, ou seja, depois do fim do curso da carreira profissional eram colocados à disposição do Ministério das Colônias e, em seguida, nomeados Agentes de Civilização com destino a uma missão nos termos do decreto de 22

de novembro de 1913, estabelecido no acordos entre a Santa Sé e o governo colonial portuguesa Ultramarina, com as obrigações e direitos dos professores das missão.

Para sustentar isso, os estudos realizados do Decreto do Ministro José Maria Barbosa Magalhães (1878-1959), publicou o Decreto do nº 3469 de 19 de Outubro de 1917, aprovado no regulamento do Instituto das Missões Coloniais o acordo e Princípios ideológicos da educação tendo em vista a preparação dos agentes para atuar nos domínios coloniais orientados no dever, no amor ao trabalho e a Pátria.

O papel das missões era formar os recursos humanos em diferentes áreas de conhecimento para levar nas populações nativas ultramarinas o compromisso pela educação voltado ao trabalho da terra, ensinando a produzir e curando as enfermidades e instruindo profissionalmente em Artes e Ofícios, criando novas oportunidades para o bom funcionamento ao serviço do colonialismo português.

Os materiais educativos programados, como os manuais com conteúdos específicos de ensinar a trabalhar, tinham como função instruir os nativos africanos converter-se à religião cristã como forma de trazê-los para uma condição de civilizado e com consciência da cultura de trabalho.

Nesta reflexão como referiu Madeira (2007), o livro e a enxada significavam como conquista dos povos nativos. Usando da espada e com sinal da cruz, simbolizava a expansão cristã para convertê-los em cristãos e, por outro, transformar os valores tradicionais em homem moderno e civilizado. Quer dizer, a preocupação do regime salazarista era trazer o homem nativo a convertê-lo à civilização com propósito da vida social, trabalho agrícola e profissional nas colônias ultramarinas.

Para sustentar na mesma linha, Graínha (1920), explica que ao conquistar as terras para o domínio e os povos para a Igreja, “[...] hoje temos de pensar em conquistar o preto para a vida social, para a vida do trabalho agrícola, profissional, para a convivência e comércio com os povos civilizados.” (GRAÍNHA, 1920, p. 3).

O ensino que se deveria dar nas colônias nas áreas agrícola, profissionais e comerciais necessários para essas regiões. Portanto, aqui ilustra a ideologia da educação designada: “livro-enxada” pelo trabalho agrícola e profissional, que saiba produzir mesmo que de forma precária e dominante. Esta ideologia era bem presente nas colônias lusitanas.

ESTADO NOVO E OS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: CIVILIZAR O INDÍGENA

No período que vigorou o Estado Novo português havia convicções de moldar a consciência dos nativos da cultura tradicional, africano-moçambicana, para a “civilizada”, isto é, do analfabetismo para ensino oficial. Com a obrigação de instalar a educação pela pressão política da ONU na área da educação, o regime desenhou uma educação para servir

aos colonos ultramarinos, implementando escolas de Artes e Ofícios. Para tal, em termos educacionais mediante o incremento ideológico da política colonial em diferentes frentes o Ato Colonial, as políticas referentes ao indigenato, que procuravam diferenciar o “africano selvagem”, não civilizado, do europeu civilizado, que deviam levar a civilização ao indígena, um sentido selvacionista das colônias por parte de Portugal. (TAIMO, 2010, p. 65).

A partir da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) verificou-se um grande movimento por parte das populações que estavam sob a condição de colônia das potências colonizadoras de repensar a sua política educativa nas colônias, o seu funcionamento e pela emergência de movimentos da emancipação. Estes fatores contribuíram para que a década de 1950 fosse marcada como a década do início das independências africanas.

A formação integral da população africana principalmente, nas colônias ultramarinas, que se consideravam a mais atrasadas ao nível de desenvolvimento educacional, tornou-se um desafio para os povos nativos e algumas lideranças mundiais. Para o colonizador educar os povos nativos era transmitir o mínimo de conhecimento em trabalhar com a enxada, para produzir nos campos, contar a história e a geografia do seu colonizador como explicita o Diploma Legislativo nos seus artigos, do nº 238, de 17 de Maio de 1930 que justificava a separação dos objetivos de cada tipo de ensino. O ensino primário elementar visava dar os instrumentos fundamentais de todo o saber, as bases de uma cultura geral, preparando-a para a vida social:

Artigo 1º: «O ensino indígena tem por fim conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-se mais útil à sociedade e a si próprio». O ensino primário rudimentar destinava-se a civilizar e nacionalizar os indígenas das colônias, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses. (PORTUGAL, 1930b, p. 24-25).

Em suma, pode-se perceber que a educação colonial era voltada para servir os interesses do colonizador em seu benefício. Ainda, o papel das colônias era criar um novo homem de acordo com os valores que caracterizavam a natureza da cultura portuguesa.

A partir da leitura do texto de Taimo (2010), é possível refletir sobre a obrigatoriedade da educação em formular estratégias nas colônias nos primeiros quatro anos de escolaridade, como um conhecimento básico sustentável na economia metropolitana. Para tal, o autor destaca:

Não era importante a escolaridade acima desses anos na medida em que não era necessário eliminar o analfabetismo, dotar os cidadãos de conhecimento científico que lhes permitisse analisar e compreender a realidade que os circundava. Para o Estado Novo, isso representava perigo. (TAIMO, 2010, p. 66).

O regime salazarista, nas suas políticas de dominação, teve que encontrar aliados que pudessem auxiliar na gestão das colônias. Nesta parceria assina-se o Acordo sobre as missões com a Santa-Sé em 1939, com a finalidade de assessorar a educação nas colônias e

na própria metrópole, e por outro, travar as incursões estratégicas da presença islâmica que tornava uma ameaça ao regime.

Nas escolas, funcionava o regime de internato ou semi-internato. A educação dos alunos durava, em regra, seis anos e compreendia três áreas de educação-instrução como diz o decreto. (PORTUGAL, 1928, art. 8º ao 11º).

Essas escolas coloniais tinham no currículo as disciplinas como a instrução literária, técnica, educação moral e cultura física que completavam os cinco anos da formação profissional. Assim, seguem os conteúdos de ensino compreendidos em cada área disciplinar nos currículos das escolas de Artes e Ofícios: 1ª Classe: ler e escrever; quatro operações aritméticas; 2ª Classe: Sistema métrica, Geometria, desenho linear e de ornato, Noções sumárias de ciências naturais úteis à sua instrução profissional; Preceitos de moral e higiene; 3ª Classe: teoria Profissional.

O ensino lecionado nas colônias da 1ª a 3ª classe, de acordo com Art. 3º da Lei das Missões, exerce a sua ação por meio de escolas para o ensino da nossa língua e da nossa história, de Artes e Ofícios, exploração pelo trabalho agrícola, estabelecimento de enfermarias e demais meios de educação e ocupação. (PORTUGAL, 1919).

No mesmo normativo, no Art. 17, estipulava-se o ensino da Língua Portuguesa e da História de Portugal. Este era obrigatória em todas as missões e que só por portugueses poderia ser administrado. Notamos ainda que o estado colonial responsabilizou a educação pelo trabalho aos missionários, não só, a ideologia de dominação e da catequese, mas procurando sempre propagar e fortalecer a fé cristã.

A POLÍTICA EDUCACIONAL A PARTIR DA CONCORDATA EM MOÇAMBIQUE

No estado colonial português no século XX consolida-se a hegemonia de poder e assegura a dominação salazarista (o regime de Antonio de Oliveira Salazar - 1933-1974), tinha que encontrar aliados capazes de fortificar os seus interesses e criar um documento oficial conhecido como “Concordata” entre o Estado Novo e Santa-Sé. Para tal, vai negociar com a Igreja Católica Romana para participar na arena colonial para fins educacionais religiosos.

Com base nessa reflexão citamos o filósofo moçambicano Castiano (1993, p. 198), que ressalta:

O Eu-africano, a partir do colonizador como um indivíduo desprezível, submisso e relegado em segundo plano e que não tem um papel fundamental, não civilizado e inculto e que não pode pertencer a outra comunidade civilizada (portuguesa, francesa, inglesa ou outra qualquer de origem europeia). Portanto, reconhece este cidadão negro violentado, humilhado, sem cultura e nem sabe ler, escrever e contar.

Castiano (1993), explica como foi o procedimento do Estatuto Missionário, em Moçambique, publicado em 5 de abril de 1941, que tinha como fim último considerar as missões católicas portuguesas instituições de utilidade imperial em sentido eminentemente civilizador.

Considera, o Eu-africano, os chamados indígenas, os nativos, pertencentes da terra, violentados e que deveriam abandonar as suas tradições, cultura e identidade. Enquanto o Outro-europeu, o mais possuidor de atributos suficientes e de bom senso colonizador, para obrigar o indígena a aprender e falar oficialmente o português, inglês ou francês, a participar nas atividades religiosas, a cantar o hino nacional e as canções da metrópole colonial. Ainda mais, aprender a moral, a doutrina cristã, trabalhos agrícolas e o saber fazer que vêm reforçar a política nacionalizadora e missionária.

O comportamento dos colonizadores menosprezavam a tradição, a educação nativa, a cultura e identidade, ou seja, obrigavam a relegar em segundo plano as suas tradições culturais e obrigados a valorizar e aprender tudo o que não era deles. Por outro lado, os requisitos propostos para deixar de ser nativo ou indígena na colônia portuguesa deveriam abandonar tudo o que não os distingue do comum daquela raça, ou seja, alienar-se a si mesmo e assimilar os valores civilizacionais do regime português.

Conforme relatório da UNESCO (2010), os procedimentos estabelecidos em 1930, no Estado Novo sobre a discriminação racial, cultural, as pessoas foram marcadas como sujeitos da exploração do homem pelo homem, carregando os estigmas do colonialismo por muito tempo. No Ato Colonial, estabeleceu-se uma lei que distinguia “não assimilados” e “assimilados”. Para os da categoria de assimilados tinham que gozar de todos os direitos pertinentes à cidadania portuguesa, dentre eles:

O direito de voto e deveriam, entre outras obrigações, saber ler e escrever em português, renunciar a vida “tribal”, ser leal ao Estado e, caso fossem mestiços, ser fruto de uma união legítima. Enquanto os não assimilados não possuir a nenhum direito e eram sujeitos a instrumentos e suporte para a cidadania portuguesa. (UNESCO, 2010, p. 246-247).

O Estado colonial, por meio da Concordata com a Santa-Sé em 1940, atribuiu um estatuto com tarefas exclusivas do Estado:

O ensino especialmente destinado aos indígenas, nas províncias onde ainda vigorava o regime de indigenato, deverá nos locais em que já estiverem estabelecidas as missões católicas portuguesas, ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e os auxiliares. Nos locais em que essas missões não possam exercer a função do ensino continuará ser do Estado. (PORTUGAL, 1953, p. 890).

O Estado colonial aceitou compartilhar com a missão Cristã com respeito à educação da população nativa, auxiliado pelos missionários, um tratamento igual àquele que era

reservado aos funcionários públicos. (PORTUGAL, 1940, art. I). Isto fica evidente quando se analisa alguns dos direitos dado à Igreja e seu corpo eclesiástico:

[...] Art. II. É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência, tem a faculdade de exercer os atos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento. Art. XI. No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam da proteção do Estado, nos mesmos termos que as autoridades públicas [...]. (PORTUGAL, 1940, p. 357-359).

Na reflexão do Zotti (2009, p. 10), o Estado português aliou o saber, o poder, a fé e o Império, no projeto de civilização imposto à colônia, visto que o poder político e a ideologia cristã funde-se em uma única ordem, uma única totalidade que é o projeto colonial. O braço principal do projeto colonizador eram os padres Jesuítas a sumiam a tarefa de fortalecer a fé cristã a partir da catequese e educação pelo trabalho a população nativa.

O PAPEL DA FILOSOFIA NAS COLÔNIAS PORTUGUESAS

A filosofia no período colonial desempenhou um papel fundamental no processo da colonização, principalmente nas colônias portuguesas. Para este fato, o pensamento crítico-reflexivo característico da atividade filosófica, constituiu uma ameaça ao poder eclesiástico e ao estado português, na formação da consciência moral e crítico do homem nativo que refletisse sobre os problemas da sociedade. Nesse sentido, a atividade reflexiva, substituiu por outra de caráter mais teológica e catequética para encobrir o déficit epistemológico.

O papel da filosofia nas colônias portuguesas serviu de grande impacto ao governo, aos missionários na dominação dos povos nativos em sujeitar uma educação nos programas de ensino alicerçados no livro e a enxada, que consistia na aprendizagem do saber fazer, ou seja, uma educação forçada para trabalhar a terra de modo a produzir e garantir a economia de produção do regime. Por outro lado, as missões em vez de fornecer uma educação formal de interesse profissional ou científico do nativo africano, incutiu uma educação da moral com conteúdos bíblicos (a partir de uma leitura personalista), para desviar a consciência reflexiva-crítica e não despertar e desenvolver as capacidades intelectivas.

Para isso, citamos alguns autores que refletiram sobre a utilidade da filosofia e que toma a atitude religiosa conforme descrevem:

A educação moral e cívica, sendo também “moral”, estava ao que se queria que fosse o ensino da filosofia, num período de grandes agitações estudantis e operárias: Apenas vinculadora de uma ideologia que perpetua a ordem estabelecida e defende o *status quo*. (CARTOLANO, 1985, p. 74).

A filosofia também teve desvio, para fins obscuros e de intimidação nas sociedades africanas para fortalecer a exploração ao nível religioso, como sustentam os pensadores Mazai e Ribas (2001, p. 4):

Explicam a expressão do esforço de sistematização do conhecimento, constitui-se na organização e no plano de estudos dos missionários jesuítas. Este ensino subordinava o ensino superior à teologia e ao dogmatismo (filosofia da salvação), que se alicerçava, por sua vez, na procura de uma ortodoxia definida pelos próprios jesuítas e que levava a expurgar os textos dos autores que se afastassem das ideias de Santo Tomás de Aquino e Aristóteles.

Portanto, a Filosofia passou necessariamente a contribuir de forma errada pela sua aplicação, tornando-se instrumento de escravidão dos povos nativos, forçados pelos abusos contra os direitos humanos declarados na Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste sentido, Cartolano (1985), sobreescreve o processo de utilidade da filosofia para inculcar uma determinada doutrina e prevenir possíveis desvios em relação a ela, bem como, defendê-la. Isto é, provar o papel militante e teológico da Filosofia na época. Destinava-se ao preparo da elite intelectual marcada pela maneira árida de pensar e de interpretar a realidade. (CARTOLANO, 1985, p. 22).

Depois de algumas reflexões sobre o papel desafiador da filosofia, estava orientado para objetivos religiosos e livrescos dos missionários que conciliavam com a Concordata assinada no Ato Colonial, isto é, de civilizar o indígena ao serviço de um bom português e de saber ler, escrever, contar e prestar trabalhos de higienização nos lares dos colonizadores.

A filosofia nas colônias era para assegurar a importância da educação pelo trabalho prático preparando a vida para estar a serviço e a posicionar diante aos seus superiores hierárquicos com finalidade de conduzir gradualmente a vida civilizada. Em suma, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-o um cidadão útil à sociedade portuguesa e a si próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de manter a hegemonia da ideologia branca europeia nas colônias africanas e principalmente a colônia moçambicana, desde nos finais do século XIX e sob os rumores e escombros da Segunda Grande Guerra Mundial, o modelo de ensino desenvolvido para os nativos considerado de forma pejorativa “indígenas” moçambicanos era mais voltado ao currículo ou dos conteúdos do governo do Estado Novo, a fim de conhecer mais a situação política, econômica e social, de Portugal que de Moçambique. Isto ressalta a pouca importância e preocupação com os povos locais e a instalação. Ao contrário, a vontade de divulgar o rosto do colonizador.

O Estado colonial português implantou uma educação aos nativos por meio de uma ideologia de dominação bem estruturada. Os missionários da igreja católica eram responsáveis pela educação para o trabalho agrícola, profissional e da catequese dos povos das colônias, procurando sempre propagar e fortalecer a fé cristã. O Estado colonial ao consolidar a sua hegemonia de poder e assegurar a sua dominação, já no século XX o regime

de Salazar tinha que encontrar aliados capazes de fortificar os seus interesses e criar um documento oficial conhecido como Concordata entre o Estado Novo e Santa-Sé. Para tal, vai negociar com a Igreja Católica Romana para participar na arena colonial para fins educacionais.

A ideologia divulgada era tão forte que a dimensão de identidade do “Eu-africano”, a partir do colonizador, enfoca-o como um indivíduo desprezível, submisso e relegado em segundo plano. A educação neste período, em especial os conteúdos de filosofia e da moral, dessa forma desempenharam um papel preponderante ao incutir as ideologias e a doutrina para prevenir de todos os males, ou seja, os conflitos possíveis, que eram contra os colonizadores, e os desvios em relação a esta mesma ideologia dominante eram punidos.

Numa primeira fase o Estado Novo, investiu nas missões para formação de recursos humanos em várias áreas de formação profissional e científica para garantir a boa liderança em defesa das colônias e ao preparo da elite intelectual para pensar e interpretar a realidade do povo nativo “negro” e sem cultura para trazê-los à civilização.

A filosofia política Salazarista teve como propósito ideológico claro e discriminatório, não de independência e liberdade, nem de autonomia dos povos nativos. Por outro lado, se preocupou em formar o indígena como um cidadão mais humilde ao estilo de um português e prepará-lo para servir com zelo e civismo aos brancos, e também na luta pela vida, tornando-o um cidadão útil à sociedade colonial. De fato, não se tratava de um modelo de educação libertadora, mas uma ideologia de manutenção, da ordem, que utilizava da educação opressora e de dominação para instrumentalizar as pessoas na condição de colonizados em sua própria terra.

REFERÊNCIAS

CARTOLANO, M. T. P. **Filosofia no ensino de 2º. Grau**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

CASTIANO, J. P. **Referenciais da filosofia africana**: em busca da intersubjetivação. Maputo: Sociedade Editorial, 1993. p. 193.

CORDEIRO, L. **Questões Coloniais**. Organizada por Farinha de Carvalho. Lisboa: Vega, 1982.

GRAÍNHA, M. B. **As missões em Angola e Moçambique**. Resumo histórico e um plano missionário. Cernache do Bonjardim: Tipografia do Instituto de Missões Coloniais, 1920.

MADEIRA, A. I. **Ler, escrever e orar**: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Educação - Educação Comparada) – Universidade de Lisboa, 2007.

MAZAI, N.; RIBAS M. A. C. Trajetória do Ensino de filosofia no Brasil. **Revista Eletrônica Disciplinarum Scientia**. Série: ciências sociais e humanas, Santa Maria, Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1582/1487>. Acesso em: 23 set. 2020.

PORTUGAL. **Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, de 7 set. de 1940**. Boletim Oficial da Colônia de Moçambique, Lourenço Marques, 1940, I série, n. 36, p. 356-367.

PORTUGAL. **Anuário do Ensino, 1930**. Lourenço Marques (Maputo atual): Imprensa Nacional, 1930a.

PORTUGAL. Diploma Legislativo nº. 238 de 17 de maio de 1930, publicado no Boletim Oficial nº 20/1930. Lisboa: Imprensa Nacional, 1930b.

PORTUGAL. **Decreto nº 5778** de 10 de maio de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. **Diário do Governo: Lei n. 2066, de 27 de junho de 1953**, I série, n.135, p. 877-892. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. **Portaria nº 677. Art.º 8º ao 11º** de 25 de fevereiro de 1928. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, de 7 setembro de 1940. **Boletim Oficial da Colônia de Moçambique, Lourenço Marques, 1940**, I série, n.36, p. 356-367.

TAIMO, J.U. **Ensino superior em Moçambique: História, política e gestão**. Piracicaba, SP, 2010.

UNESCO, **História Geral de África**. Volume VII e VIII, Brasil, 2010.

ZOTTI, S. A. **A educação jesuítica no projeto colonial de Portugal no Brasil**. Instituto Federal Catarinense- Campus Rio do Sul – SC, 2009.

AUTORIA:

* Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de História da Universidade Rovuma (UniRovuma) em Moçambique. Contato: samuelantoniodesousa@gmail.com.

** Doutorado em Estudos em Ensino Superior pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal, com Revalidação em Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas, campus Humaitá-AM (UFAM). Contato: valmirfp@ufam.edu.br.

COMO CITAR ABNT:

SOUSA, S. A. de.; PINTO, V. F. Construção ideológica educacional no período colonial em Moçambique. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-14, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660740. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660740>. Acesso em: 3 maio 2021.